Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 266: DIREITO AUTORAL II 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 266 Brasília, 12 de setembro de 2025

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 22/08/2025.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 266: DIREITO AUTORAL

1. São devidos direitos autorais pela retransmissão radiofônica de músicas em estabelecimentos comerciais (Súmula n. 63 do STJ).

Julgados: ; AgInt no AREsp 2423647/PR, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 02/09/2024; ; AgInt nos EDcl no AREsp 1912689/DF, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 29/04/2022; ; REsp 1870771/SP, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 30/03/2021; ; REsp 1858874/SP, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 28/08/2020; ; REsp 1849320/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 06/02/2020; REsp 2147243/MA (decisão monocrática), Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, publicado em 25/10/2024

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 23 - Edição Especial, 17E, 15E, 795, 692, 688 e 681) (Vide Súmulas Anotadas N. 261/STJ e N. 63/STJ) (Vide Pesquisa Pronta)(Vide Pesquisa Pronta)(Vide Pesquisa Pronta)(Vide Pesquisa Pronta) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

2. A academia de ginástica deve recolher valores devidos a título de direitos autorais em decorrência da transmissão de obras musicais, literomusicais e audiovisuais em seus ambientes.

Julgados: ; AgInt no REsp 2132292/DF, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 22/08/2024; ; AgInt no REsp 2109960/MA, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 27/06/2024; ; AgInt nos EDcl no AREsp 1912689/DF, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 29/04/2022; ; REsp 1833567/RS, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 18/09/2020; ; AgInt no AREsp 443535/RJ, Rel. Min. LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 22/05/2018; REsp 2147243/MA (decisão monocrática), Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, publicado em 25/10/2024

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 423 e 156) (Vide Súmula Anotada N. 63/STJ)

3. São devidos direitos autorais pela transmissão radiofônica de músicas em supermercado sem autorização dos autores e pagamento da taxa ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD.

Julgados: ; AgInt nos EDcl no REsp 1480676/SC, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 02/03/2018; ; REsp 1152820/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 25/06/2014; REsp 1724115/PR (decisão monocrática), Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, publicado em 23/04/2019; AREsp 757608/SP (decisão monocrática), Rel. Min. LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, publicado em 15/03/2018

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 542) (Vide Súmula Anotada N. 63/STJ)

4. É necessária a autorização prévia e expressa pelo titular dos direitos de autor para a transmissão de músicas por streaming (*webcasting* e *simulcasting*) e a exploração econômica desses direitos é fato gerador de cobrança pelo ECAD.

Julgados: REsp 1559264/RJ, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 15/02/2017; REsp 1760002/SC (decisão monocrática), Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, publicado em 23/12/2024

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 17 - Edição Especial e 597)

5. Aplica-se a Lei de Direitos Autorais às infrações a direito do autor e a direitos conexos cometidas por provedores de aplicação de internet, a que se refere o art. 19, §2º, da Lei n. 12.965/2014, diante da ausência de legislação específica sobre o tema.

Julgados: REsp 2057908/SC, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 10/04/2024

6. A fotografia é uma modalidade de direito intelectual própria do direito autoral e eventual divulgação sem consentimento, remuneração e identificação por meio dos devidos créditos lesionam os direitos patrimoniais e morais do autor.

Arts. 79, caput, e § 1º, e 108 da Lei nº 9.610/1988.

Julgados: ; REsp 1831080/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 25/10/2023; ; REsp 1822619/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 20/02/2020; ; AgInt no AREsp 1529555/PB, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 13/02/2020; ; REsp 1203950/RJ, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 25/04/2019; ; AgInt no REsp 1457774/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 25/09/2017; AREsp 2681462/RS (decisão monocrática), Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, publicado em 19/08/2024

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 793)

7. A obra artística representada pelo grafite é protegida pela Lei de Direitos Autorais, de modo que a exposição de desenho sem o consentimento do autor e sem a devida identificação por créditos ou remuneração, configura contrafação passível de indenização patrimonial e compensação por dano moral.

Arts. 7º e 79, § 1º, da Lei n. 9.610/1988 e 1º da Lei n. 14.996/2024.

Julgados: REsp 2174943/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJEN 28/05/2025; REsp 2063355/SP (decisão monocrática), Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, publicado em 15/08/2023

8. A exibição indireta e acessória de obras situadas permanentemente em logradouros públicos é livre e não caracteriza violação de direitos autorais, desde que não configurada sua exploração comercial.

Arts. 9º da Convenção de Berna e 48 da LDA.

Julgados: REsp 2174943/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJEN 28/05/2025; ; REsp 1438343/MS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 22/02/2017; ; REsp 1562617/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 30/11/2016; ; REsp 951521/MA, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJe 11/05/2011

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 852, 467 e 594)

9. A proteção ao direito autoral do arquiteto abrange projeto, esboço e obra materializada na construção edificada.

Art. 7º, inciso X, da Lei n. 9.610/1998.

Julgados: ; REsp 1645574/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 16/02/2017; ; REsp 1562617/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 30/11/2016; ; REsp 1290112/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 09/06/2016; ; REsp 1423288/PR, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 20/06/2014; REsp 1912051/SP (decisão monocrática), Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Quarta Turma, publicado em 29/08/2023

10. A aquisição, em si, de obra arquitetônica não transfere automaticamente os direitos autorais, ressalvadas a disposição expressa em contrário e as utilizações intrínsecas à finalidade da aquisição.

Julgados: ; REsp 1562617/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 30/11/2016; ; REsp 1290112/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 09/06/2016; REsp 1505032/RS (decisão monocrática), Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, publicado em 14/06/2022

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 594)